

# Pressupostos e Procedimentos de Investigação às Margens da Filosofia e da Psicanálise: Questões Acerca de Método

**Silas Borges Monteiro**

**Vera Lúcia Blum**

**Vinicius Borges Piovezan**

**Antônio de Castro Souza**

**Larissa Nilza Nogueira**

## RESUMO

Neste este artigo focalizamos a modalidade de relação que o pesquisador engendra com o seu campo de investigação – o campo das experiências humanas – a fim de delinear um pensamento que possa funcionar como horizonte dos procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas *stricto sensu* conduzidas em nosso grupo. Trata-se de pôr em questão o par sujeito-objeto, de modo a transpassar o realismo científico e os meros construtivismos. Trazemos para nossa argumentação um panorama genealógico da noção de sujeito para chegar ao deslocamento de sua posição perante os objetos produzido por Kant (1787/1974). Em solo kantiano – e permitindo-nos arriscar além dele – parece-nos legítimo semear a ideia de que as investigações por nós conduzidas, do recorte das experiências humanas considerado, podem ter como alvo a circunscrição da potência da coisa (do material, da exterioridade, do objeto, como quer que a designemos) de afetar o pesquisador. E, com certo atrevimento, apostamos na noção de campo transferencial como referência ao que precede e acompanha a captura e o registro da potência de afetar da coisa, esta necessariamente pertencente à esfera do não-antecipável, porquanto da ordem do acontecimento. Propomos como condição e consequência de nossa posição epistemológica a construção de cenas-acontecimento como forma de apresentação dos resultados da pesquisa.

*Palavras-chave:* pesquisa científica; epistemologia; acontecimento; transferência.

## ABSTRACT

### Presuppositions and the Procedures of Investigation on the Margins in Psychoanalysis and Philosophy: Questions About Method

In this article, we focus on the modality of relationship that the researcher establishes with their investigation field—the field of human experience—to delineate a thought that could serve as a horizon for the methodological procedures used in the *stricto sensu* research conducted by the group. It brings to question the subject-object pair in the way to transcend the scientific realism and the mere constructionism. We bring forth to our argumentation a genealogical panorama of the notion of the subject to reach the displacement of its position towards the objects produced by Kant (1787/1974). On Kantian soil—and allowing ourselves to venture beyond it—it seems legitimate to sow the idea that the investigations conducted by us may have as targets the circumscription of the potency of the thing (of the material, of the exteriority, of the object, however it is that we designate it) to affect the researcher. And, with a degree of boldness, we bet on the notion of transference field as reference to what precedes and follows the capture and registry of potency to affect the thing it necessarily belongs to the sphere of the unpredictable, whilst the order of the event. We propose, as condition and consequence of our epistemological position, the construction of event-scenes as a way of presenting the results of research.

*Keywords:* scientific research; epistemology; event; transference.

## Sobre os Autores

S. B. M.  
orcid.org/0000-0002-6130-920X  
Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, MT  
silasmonteiro@me.com

V. L. B.  
orcid.org/0000-0002-5895-1090  
Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, MT  
verablumufmt@gmail.com

V. B. P.  
orcid.org/0000-0002-9802-7492  
Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, MT  
viniciusbpiovezan@gmail.com

A. C. S.  
orcid.org/0000-0003-4630-8927  
Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, MT  
antoniodecastrosouza@hotmail.com

L. N. N.  
orcid.org/0000-0002-5825-1975  
Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, MT  
larissanogueirapsicologa@gmail.com

## Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



Fazer pesquisa pressupõe um projeto, o que por sua vez pressupõe uma antecipação daquilo que se deseja conhecer. Uma visão antecipada é o que põe o objeto (ou tema da pesquisa) na mira da investigação. Assim, o objeto, ou tema da pesquisa, se deixa anunciar a partir das expectativas e recursos cognitivos do pesquisador: suas preconcepções, seu lastro teórico, seu “o que já sabe sobre o assunto”. Se o a ser investigado se deixa anunciar justamente a partir do que é conhecido é porque, paradoxalmente, o que se sabe sobre o assunto anuncia o que dele não se sabe, ou seja, a questão. Pesquisar é abrir caminhos a percorrer e a abertura depende de o pesquisador fazer interrogações. Pesquisar pressupõe uma inquietação, uma interrogação que decorre de questões derivadas de um “o que já se sabe”. Posto o problema, é o momento de decidir quais os objetivos desse investigar, de modo a dar ao problema uma solução ou dela se aproximar. Para atingir os objetivos previamente definidos é preciso antecipar os passos a serem dados em sua direção.

Apresentar os passos a serem dados é o mesmo que expor o método que, por sua vez, define o caminho a ser percorrido para chegar a um fim. A pesquisa, portanto, pressupõe a antecipação, alinhamento e adequação dos meios, procedimentos e instrumentos aos fins. O estudo da adequação dos meios aos fins constitui o campo da metodologia: as regras do jogo e procedimentos da produção do conhecimento científico. Toda pesquisa científica deve ser rigorosa (rigor metodológico equivale à adequação dos meios aos fins), embora não necessariamente exata. Assim, projeto é antecipação, de modo que a execução se dá em direção ao antecipado e o resultado é a prova de que o antecipado é. E ser, aqui, é ser representável pelo sujeito que conhece.

Pois bem, será essa noção de método de todo exequível quando se assume haver uma dimensão não antecipável nos processos investigativos, da qual faz parte a criatividade na configuração de aspectos ainda caóticos e indiscriminados que atingem o pesquisador? E, se salientamos a criatividade do pesquisador, essa circunstância é para sinalizar que *isso* que ele é capaz de positivar pela linguagem põe em cena o que designamos por acontecimento na pesquisa e, como procuraremos argumentar mais adiante, não há como sustentar que se deu como presentidade, sendo esta a suposição metafísica de que “o algo ‘dito’ é ou existe necessariamente como um objeto” (Loparic, 2001, p. 166).

O acontecimento, podemos adiantar, não é pensável na forma, originária ou modificada, da presença, posto que ao ser objetivado, a linguagem o diz pela primeira vez como reprodução. O acontecimento positivado pela linguagem é um movimento de apropriação da subjetividade que significa ou traduz não o acontecimento em si, mas a impressão que ele deixou ou produziu.

A produção bibliográfica que traduz as inquietações provenientes do campo dos processos investigativos nas ciências humanas e sociais é mais ou menos recente no Brasil.

Tais inquietações giram, de maneira geral, em torno da aceitação inquestionada do realismo epistemológico envolto nas metodologias tradicionais, que prescrevem métodos de apresentação dos objetos preexistentes à pesquisa. Trata-se de um conjunto de publicações bastante próximo dos questionamentos que vimos fazendo em nossos grupos de pesquisa em psicologia e em educação e que propõem alternativas aos dispositivos que, embora comportem a dimensão qualitativa das experiências humanas, não renunciam à crença de que essas qualidades, para serem verdadeiras, devem estar dispostas em categorias de representações claras e distintas. Desse conjunto crítico e alternativo aos métodos tradicionais de pesquisa destacamos Fonseca et al. (2006), Passos et al. (2009), Costa (2014), Gurski (2019), para citar alguns entre vários.

A nós vem se impondo a necessidade de problematizar a modalidade de relação que o pesquisador engendra com o seu campo de investigação — o campo das experiências humanas — seja na esfera da produção e fruição estética (textos literários, composições musicais, filmes, esculturas), seja na esfera das práticas sociais, a fim de delinear um pensamento que possa funcionar como horizonte dos procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas *stricto sensu* — em psicologia e em educação conduzidas em nossos grupos. Trata-se aqui de pôr em questão o par sujeito-objeto, de modo a escapar (supondo que isso seja possível) das ontologias realista e construtivista abrindo mão da crença básica de que os resultados da experiência investigativa se referem à descoberta de um estado de coisas que preexiste a esses resultados (realismo), sem ceder à crença básica do construtivismo de que esses resultados são narrativas mais ou menos plausíveis, construções de um mundo humano e não humano por um sujeito social historicamente situado, mundo sem qualquer apoio fora da linguagem.

Neste artigo, pretendemos pensar as condições que tornam possível a instalação do par sujeito-objeto na pesquisa e que se situem no plano da indeterminabilidade ontológica dos polos do par, de modo que nem os sujeitos preexistem aos seus objetos, nem os objetos são mera exterioridade perante o sujeito que sobre ele se debruça.

### Uma Genealogia da Noção de Sujeito

A problematização do par sujeito-objeto na pesquisa passa necessariamente por um recuo no tempo que nos ajuda a entender como se chega à noção de sujeito como fundamento metafísico a tornar possível a transformação do conhecimento em investigação assegurada pelo método científico. Em “O tempo da Imagem no Mundo”, Heidegger (1938/1998) argumenta que

O conhecimento enquanto pesquisa pede que o ente presente contas a respeito do modo como e do ponto até o qual ele próprio pode se tornar disponível para o ato de repre-

sentar. A pesquisa dispõe do ente/existente, se pode contar de antemão com ele no seu curso futuro ou contar com ele como algo passado. [...] Só aquilo que calculável se converte em objeto que é, se tem por existente. Só existe ciência sob a forma da pesquisa quando o ser do existente é buscado em tal objetividade [no cálculo]. Esta objetificação do ente se consuma em um re-presentar [*Vor-stellen*] que visa trazer cada ente diante de si mesmo, de tal forma que o homem calculador possa se assegurar do ente/existente, isto é, ter certeza dele. Portanto, só existe ciência sob a forma da pesquisa quando, e só quando, a verdade se transforma em certeza da representação (p. 109-110).

Com efeito, para que essa certeza se instale é preciso garantir que os relatos mentais, nossas ideias, nossos enunciados correspondam ao que se passa verdadeiramente na realidade, de modo que uma noção bastante particular de sujeito venha a operar como fiadora dessa certeza.

Ao procedermos a uma genealogia da noção de sujeito, convém observar que o exame empreendido não é inédito, nem aqui será aprofundado. Essa genealogia tem a função de mostrar que a noção de sujeito é cambiante ao longo da história, e de ajudar-nos a entender como se chega ao primado de um *subjectum* como fundamento inabalável daquilo mesmo que subjaz.

A palavra sujeito, em língua portuguesa, (1) quando substantivo masculino, se refere a um indivíduo indeterminado, cujo nome inexistente, se desconhece ou não se quer dizer; (2) quando referido à gramática, tem a função sintática daquele a que se atribui um predicado; (3) usado como adjetivo, sujeito quer qualificar uma posição de submissão, subordinação, entre outros sinônimos. Sua origem é encontrada na língua latina no substantivo *subjectum* cuja conotação é “o que é posto debaixo”. A palavra é correlata do grego *ὑποκειμενον* (*hypokeimenon*), cujo uso é bem ilustrado no livro *Metafísica*: “(...) o sujeito é aquele do que se dizem as demais coisas, sem que ele, por sua parte, se diga de outra” (Aristóteles, a.C./1933, p.1028b), usando o termo como operador semântico e lógico, quando em operação nas definições. O filósofo e teólogo medieval, Tomás de Aquino, reconhece, a partir de Avicena, que “o sujeito existe no intelecto das paixões” (Aquino, 1973a, p. 12), e contra a posição do estagirita, afirma que “o sujeito se predica da paixão” (Aquino, 1973a, p. 12). Logo, a noção presente na reflexão aristotélica, que dá ao sujeito um estatuto lógico, começa a perder força, por influência do pensamento cristão medieval, para o qual sujeito é substância daquele que tem a capacidade de enunciar e não somente dos enunciados. Assim, para Tomás de Aquino não basta que um enunciado tenha valor de verdade e seja logicamente válido, mas é requerido que o enunciador tenha condições morais para sustentá-lo.

Em um só golpe, Aquino desloca a noção de sujeito, (antes como um elemento da lógica), para a substância humana, como efeitos passionais de variações. Em um segundo mo-

mento, criará o nexa entre sujeito e verdade, quando escreve: “a verdade se predica primariamente da inteligência que conhece, e só depois do objeto ou coisa que concorda com a inteligência cognoscente” (Aquino, 1973b, p. 31) para, finalmente, sustentar que a “a verdade da enunciação está compreendida na verdade do conhecimento por ela expressa” (Aquino, 1973b, p. 46).

René Descartes recebe essa tradição medieval e a opera em seu conhecido raciocínio: 1) a desconfiança da capacidade humana, por sua natureza decaída, edifica verdades da alma e do mundo, por conta da fragilidade dos sentidos: “porque nossos sentidos nos enganam algumas vezes, eu quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar” (Descartes, 1973, p. 54); 2) esse ceticismo metódico o leva a concluir que a verdade cristalina e evidente estaria na redução ao núcleo indivisível da regressão lógica: “cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalar” (Descartes, 1973, p. 54). A referência gramatical é assumida como representação do enunciado, fazendo com que a primeira pessoa do singular trouxesse a compreensão de que além da língua se trata da natureza daquele que duvida e pensa.

Em nova virada da filosofia, conhecida por revolução copernicana, Kant (1787/1987) retomará a expressão medieval de Tomás de Aquino ao escrever

Seja de que modo e com que meio um conhecimento possa referir-se a objetos, o modo como ele se refere imediatamente aos mesmos e ao qual todo pensamento como meio tende, é a intuição. Esta, contudo, só ocorre na medida em que o objeto nos for dado; a nós homens pelo menos, isto só é por sua vez possível pelo fato do objeto afetar a mente de certa maneira (p. 39)

Com efeito, no registro da estética transcendental, opera-se um deslocamento da posição do sujeito perante seus objetos. O sujeito deixa de ser concebido como um eu soberano e plenamente constituído e passa a ser assumido também como receptividade e responsividade ao que chega.

### Às Margens do Debate Aberto por Kant: O Estatuto D'isso que Chega e o Acontecimento

A estética transcendental kantiana fornece indicações para ajudar a nos acercar de um pensamento que permita 1) lançar alguma luz sobre a mútua constituição dos polos do par sujeito-objeto na configuração do fenômeno; 2) elucidar o estatuto *disso que chega* e 3) aproximar *isso que chega* à noção de acontecimento.

Kant (1787/1974) afirma, no primeiro parágrafo de “A estética transcendental” (p. 69), que todo conhecimento é sempre referido a objetos (*Gegenstand*), os quais são dados à

sensibilidade (*Sinnlichkeit*) se e somente se o objeto afeta o ânimo (*das Gemüt*) de certa maneira. A sensibilidade é a capacidade de resposta (*Empfänglichkeit*) ainda nebulosa do ânimo afetado pelo objeto. O conjunto de sensações do ânimo afetado, Kant chama de o *múltiplo* ou o *diverso* (*das Mannigfaltige*). O múltiplo/diverso é o material (*Stoff*) mesmo da intuição (*Anschauung*) pela afetação da sensibilidade. A intuição que se refere ao objeto pela sensação denomina-se empírica. O objeto indeterminado de uma intuição empírica denomina-se aparição (*Erscheinung*)<sup>i</sup>.

O múltiplo, que aparece como uma experiência ainda nebulosa, indistinta, do ânimo afetado pelo objeto, é condicionado pela receptividade (*Rezeptivität*), por meio de uma modificação passiva-reativa da consciência. A conexão do múltiplo dos dados (*Mannigfaltigen von Daten*) em uma experiência possível, a forma (*Form*) que faz disso uma experiência (*Erfahrung*) já faz uma intuição unitária [percepção] (*einheitliche Anschauung Wahrnehmung*) (Eisler, 1964, p. 336).

Se o objeto ou fenômeno é constituído pela subjetividade afetada, por outro lado, o poder unificador segundo regras da subjetividade é acionado justamente por algo =  $x$  (*Etwas = x*) que a afeta e do qual em si mesmo nada sabemos, nem podemos saber. Trata-se do objeto transcendental que, segundo Kant (1787/1974)<sup>ii</sup>, pode servir apenas como o “correlato da unidade da percepção para a unidade da multiplicidade na intuição sensível” (p. 280).

Entendemos o objeto transcendental (algo =  $x$ ) como a referência necessária a uma indeterminabilidade afetante que, justamente por “não poder de maneira alguma se separar dos dados sensíveis” (Kant, 1787/1974, p. 280), põe o pensamento em movimento com suas operações de unificação e ligação para a atividade representativa dos fenômenos.

Quando Kant (1787/1974) escreve que “o entendimento pensa necessariamente um objeto em si mesmo, mas somente como objeto transcendental, que é uma causa da aparição (por conseguinte não sendo ele mesmo aparição), e não pode ser pensado nem como magnitude, nem como realidade, nem como substância, etc” (p. 304-305), ele interdita a consideração do objeto transcendental como presença a uma consciência, embora nada indique que ele não possa ser pensado como uma indeterminabilidade afetante que precede e põe para funcionar a atividade cognoscente que configura o objeto sensível a seu modo.

O objeto transcendental – a coisa em si, igual a  $X$  – é pressuposto em todas as construções fenomenalizadoras de modo que essas construções carregam uma indeterminabilidade que nenhuma representação pode esgotar. As formas da sensibilidade (espaço e tempo) e as categorias do entendimento fazem parte do equipamento formal da subjetividade (o polo do sujeito) como condição de possibilidade para o conhecimento em geral das realidades empíricas por elas configuradas.

Embora Kant (1787/1974) tenha desenvolvido sua *Crítica da Razão Pura* com uma visada transcendental, qual seja, a análise das condições de possibilidade para o conhecimento em geral, sua perspectiva epistemológica pode nos orientar a ensaiar um pensamento sobre a constituição e instalação do par sujeito-objeto nos processos de investigação empírica, social e historicamente situados.

A virada kantiana consiste em assumir que o múltiplo (conjunto de sensações dispersas, ainda nebulosas do ânimo afetado) é o material do que se mostra e o material do que se mostra só se mostra na medida das capacidades cognitivas do pesquisador. Assim, no rastro do pensamento kantiano, entende-se que aquilo que o pesquisador percebe já vem na forma dos seus recursos cognitivos, afetivos e linguísticos. A ideia de que o fenômeno ao qual o pesquisador se refere é uma construção, da qual participa sua subjetividade àquilo que se mostra, se contrapõe à ideia de conhecimento como representação objetiva de uma realidade tal como ela é. Por outro lado, a ideia de construção do fenômeno pelo sujeito não é mera criação subjetiva, haja vista que essa atividade construtiva e constitutiva do fenômeno inicia-se com e sobre o material proveniente da exterioridade ainda disperso e sem forma.

Em Kant (1787/1974), são as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento, princípios organizativos do sujeito transcendental, que constituem o objeto dando-lhe a forma e a objetividade como fenômeno. Entretanto, a transformação da pura receptividade do múltiplo indeterminado em coesão unitária segundo regras (as formas da intuição e as categorias do entendimento), vale dizer, a passagem do ânimo afetado para a atividade do sujeito tem a estrutura de uma *resposta a isso que chega* (a alteridade). E isso que chega, a alteridade, tem a estrutura de uma indeterminabilidade afetante que depende do trabalho de um ânimo afetado para advir objeto. Em outras palavras, se o ânimo afetado depende da indeterminabilidade afetante para advir a atividade do sujeito, a indeterminabilidade afetante depende da atividade do sujeito para constituí-la objeto da percepção, de modo que nenhum dos termos do par tem precedência sobre o outro e tampouco conservam o estatuto que tinham antes da instalação de um campo de afetações que designamos por *encontro*.

Em rigor, é nesse campo do encontro em que o sujeito pesquisador se constitui. Concebido como receptividade do múltiplo indeterminado e espontaneidade responsável pela configuração do que chega, o sujeito é também passividade e inintencionalidade no processo investigativo do qual faz parte. Ele também está sujeito ao que chega e, portanto, não reina soberano sobre seus objetos. Com efeito, sujeito e objeto propriamente falando constituem-se mutuamente na circunscrição do campo em que se dá o encontro. O encontro dos termos do par é o campo onde cada termo força o caminho para o engendramento de seu outro: a indeterminabilidade

de afetante (*isso que chega*) abre o caminho do ânimo afetado para dar existência ao sujeito que, como *resposta a isso que o afeta*, opera em direção da constituição do objeto da percepção.

Do ponto de vista ontológico, *isso que chega* não chega como presentidade, senão já como objeto-efeito da configuração por uma receptividade que dispõe de linguagem para dar forma a *isso que chega*. Antes de ser objeto para uma receptividade, *isso que chega* é indeterminabilidade, cuja potência de afetar é condição necessária para seu devir objeto. Na condição de resposta a *isso que chega*, pela via das categorias do entendimento o sujeito é, sobretudo, princípio de operação e movimento de ligação que objetiva a exterioridade por meio da linguagem.

Com a noção de *isso que chega* mais ou menos delineada, pretendemos aproximá-la da noção de acontecimento emprestada de Jacques Derrida, que a expõe em Borradori (2004), fazendo ressoar a *coisa em si* kantiana e o processo de fenomenalização de uma experiência possível. Em entrevista à Borradori (2004), afirma Derrida: “O acontecimento é feito da ‘coisa’ em si (aquilo que acontece ou que chega) e da impressão (ela mesma imediatamente ‘espontânea’ e ‘controlada’) que é dada, deixada ou produzida pela chamada ‘coisa’” (p. 98). Se por um lado a experiência de um acontecimento – o modo como ele afeta o pesquisador – “demanda um movimento de apropriação” (p. 100) pela via da compreensão, reconhecimento, identificação, descrição, determinação, interpretação com base em um horizonte de antecipação, por outro lado essa experiência não se dá como uma apropriação cabal, posto que a forma da experiência é a fenomenalização de algo que lhe é irredutível. A impressão associada aos afetos, interpretações, retórica, a qual reflete e comunica “a coisa”, é dela indistinguível, “ainda que a chamada ‘coisa’ não possa ser reduzida a ela” (p. 98). Ora, ‘a coisa’ assinala a exterioridade irredutível – alteridade radical – a compor uma esfera do intraduzível e indizível de uma experiência.

Com efeito, se a esfera do acontecimento assinala uma dimensão indizível da experiência, é porque *isso que é indizível* vem ou chega a uma subjetividade sem que a consciência tenha consciência do quê. Se em algum lugar as marcas ou vestígios do acontecimento ficam, é na esfera do inconsciente a formar, segundo Derrida (1995, p. 200), “um tecido de traços/vestígios puros, de diferenças em que se unem o sentido e a força”. A linguagem, ou seja, o movimento de apropriação da experiência do acontecimento, produz o presente-passado. Não é qualquer presente-passado que a linguagem produz, mas a impressão/marca deixada pela coisa cuja eficácia (temos certo realismo aqui) abriu caminho para sua reconstituição como passado presente à consciência. A ideia de reconstituição de um passado presente à consciência poderia produzir embaraços se inadvertidamente a associássemos à ideia de re-presentação (trazer de volta à presença

da consciência o ser que é, existe ou existiu no passado). Ora, reconstituição do quê? Reconstituição de um antes (passado) em que o originário é justamente essa reconstituição pela linguagem. Nada é trazido de volta à consciência senão a apresentação pela primeira vez de um antes retrospectivamente reconstituído.

No solo da epistemologia kantiana em que nos movemos podemos adiantar que as nossas pesquisas almejam não a objetividade, a exigir a correspondência dos enunciados delas resultantes com a realidade de que se fala. Com efeito, nossas investigações não pretendem extrair a verdade do fenômeno investigado, mas, de acordo com o que o pesquisador pode construir como fenômeno – como aquilo que se mostra em uma experiência possível – se acercar da potência de afetar da alteridade (do tema, da matéria, como quer que designemos o recorte das experiências humanas a ser investigado). Desse recorte na forma de uma aparição unitária (percepção) emergem então, e só então, os índices dessa potência: virtualidades entrevistas e entreouvadas, detalhes que despontam do material concatenado pelo pesquisador.

Nesse solo – e permitindo-nos arriscar além dele – parece-nos legítimo semear a ideia de que as investigações do recorte da realidade considerada podem ter como alvo a circunscrição da potência da coisa (do material, da exterioridade, do objeto) de afetar o pesquisador. E, com certo atrevimento, apostamos na noção de transferência como um recurso para circunscrever tal potência.

### Às Margens do Pensamento Psicanalítico: A Constituição do Campo na Pesquisa

Embora a transferência seja tradicionalmente reconhecida como o fundo sobre o qual se processa o tratamento psicanalítico, de que modo podemos caracterizá-la a fim de extrair consequências para a pesquisa, assumindo que o pesquisador faz parte do campo a ser investigado, na medida que o institui com a ordenação do múltiplo indeterminado?

Propomos que pesquisar implica uma forma de encontro — um acidente essencial. Não um encontro entre dois entes plenamente constituídos — o pesquisador e seu objeto —, mas um encontro em que um polo é abertura e disponibilidade do pesquisador e o outro é aquilo que lhe chega. Isso que chega precisa permitir ser estruturado pelo sistema de representações composto dos interpretantes linguísticos que tecem a rede de captura sensorial, afetiva e cognitiva do pesquisador, a fim de se tornar seus pensamentos. Nesse processo instituinte do par, nem aquilo que chega, nem os pensamentos do pesquisador podem reivindicar a primazia de um sobre o outro (Ogden, 1996). Potência de afetar das alteridades em tensão com os pensamentos (conscientes e inconscientes) do pesquisador compõem um campo de natureza muito especial em que ambos os polos considerados estão mutuamente implicados a criar um terceiro termo — o

campo transferencial da pesquisa.

Outro modo de conceber o encontro instituinte do campo transferencial solidário ao que acima foi caracterizado é em referência ao encontro transfigurador com a alteridade, afinado à noção de experiência no sentido heideggeriano:

Fazer uma experiência com algo, seja com uma coisa, com um ser humano, com um deus, significa que esse algo nos atropela, nos vem ao encontro, chega até nós, nos avassala e transforma. “Fazer” não diz aqui de maneira alguma que nós mesmos produzimos e operacionalizamos a experiência. Fazer tem aqui o sentido de atravessar, sofrer, receber o que nos vem ao encontro [...] (Heidegger, 2003, p. 121).

É no campo transferencial que se institui essa experiência ainda nebulosa que marca o encontro do pesquisador com o seu objeto. E nesse ponto vem em nosso auxílio a noção kantiana de sujeito que, diferentemente do sujeito cognoscente cartesiano, é passividade (que consiste em uma receptividade) e atividade que consiste em responder ao que chega por meio da conexão do múltiplo indeterminado em uma experiência possível. Trata-se de uma experiência marcada por intensidades afetivas dispersas mobilizadas por aspectos do objeto e que só a linguagem é capaz de organizar em um conjunto minimamente coerente e significativo.

Antes de prosseguirmos, contudo, vemo-nos na necessidade de insistirmos em uma dimensão da pesquisa – a esfera do acontecimento – de modo que se possa

1. escapar do pensamento representacional a operar no circuito da assunção dos entes plenamente constituídos em algum tempo passado ou presente;
2. escapar das armadilhas de um realismo ingênuo que supõe serem os dados realidades que independem do pesquisador que os nomeia. Os resultados da pesquisa seriam nesse realismo ingênuo descrições de uma realidade exterior independentes do sistema de crenças, pressupostos teóricos e valores do pesquisador que os relata;
3. escapar de um subjetivismo igualmente ingênuo a supor que o objeto de que se fala é mera criação ou construção subjetiva, suposição que retira do objeto sua característica de potência de afetar. Essa potência de afetar insinuada por Kant (1787/1974) na estética transcendental impõe limites à profusão criativa do pesquisador e o sujeita ao que se mostra;
4. fazer remissão ao caráter contingencial, imprevisível do encontro;
5. chamar a atenção àquilo que se subtrai no encontro do pesquisador com a alteridade ao constituir o campo experiencial da pesquisa e, portanto;
6. chamar a atenção para a camada indizível da experiência com aquilo que chega, suporte das transferências do pesquisador, as quais só podem ser ditas pela análise de seus efeitos. Assim, aquilo que chega ao pesquisador diz

respeito a uma exterioridade irrepresentável, porque alteridade irreduzível, que o põe a pensar.

Com a noção de acontecimento queremos, portanto, designar essa dimensão impronunciável da experiência e sugerir com o termo a remissão ao indizível que constitui o campo transferencial da pesquisa. Assim, antes que possa ser narrado, o campo transferencial se instala como campo de circulação de intensidades afetivas, do qual fazem parte a potência de afetar do objeto e a capacidade de resposta ainda nebulosa do pesquisador/sujeito afetado pelo objeto.

Usado para designar o indizível do campo que ele constitui, o acontecimento é a condição de possibilidade da transferência e contém a coisa que, na condição de sem forma e irrepresentável produz efeitos de inquietação no pesquisador, traduzidos por ele em vontade de conhecer. São esses efeitos a ocasião para o trabalho psíquico de constituição minimamente organizada da experiência em que a linguagem do pesquisador entra em cena.

Aceitos os pressupostos acerca da constituição do par sujeito-objeto no campo transferencial, por que não fazer uso das intensidades afetivas do pesquisador para, por meio da linguagem, se acercar de aspectos da potência de afetar da coisa?

Esse uso parece-nos justificado se lembrarmos que Green (2008), ao abordar o papel da linguagem na psicanálise, propõe a concepção de uma “transferência sobre a palavra” (p. 73). É essa dimensão da transferência que faz do aparelho psíquico um aparelho de linguagem a encetar a tradução dos elementos psíquicos que não pertencem à linguagem em discurso. Nesse plano, estamos considerando a atividade do aparelho psíquico capaz de transformar o que seriam meras afetações em pensamentos minimamente significativos. A transferência sobre a palavra seria o momento da fenomenalização do encontro do pesquisador com a potência de afetar do objeto.

Sendo a linguagem o dispositivo social de nomeação de que dispomos, isso que ela nomeia é o campo transferencial por onde circulam intensidades afetivas difusas geradas conjuntamente pelo pesquisador que se dispõe a ler, escutar e nomear, e pelo potencial de sentidos da alteridade pela qual é afetado. Como isso que a linguagem nomeia é feito de intensidades geradas pelos dois polos considerados, isso que o aparelho de linguagem do pesquisador transfere sobre a palavra não é mera invenção do pesquisador, posto que há múltiplos indeterminados que lhe chegam do exterior e que, ao afetá-lo, o impelem a narrar. Nem mera descoberta de aspectos de uma realidade que lhe é exterior, posto que é a sua transferência (muito pessoal) sobre a palavra que transforma as intensidades afetivas, as quais passam a tomar corpo por meio da linguagem compartilhada.

Isto que a linguagem nomeia é o terceiro termo — o campo transferencial — do qual o pesquisador se descola ao

produzir discurso/escrita por meio de seu aparelho de linguagem. Um aparelho de linguagem, convém repetir, que permite transferir sobre as palavras o que seriam meras afetações e sensações, meros *quânta* de afeto. Com esse descolamento se institui então a diferença entre o “sensível aparecendo” (o objeto) e seu “aparecer vivido” para o pesquisador que observa e narra (Derrida, 1973, p. 81). Por ser um dispositivo cultural, a linguagem materializa o campo transferencial, tornando possível ao pesquisador narrar em linguagem compartilhada a potência de afetar a exterioridade que lhe chega e se mostra.

Propomos que o campo transferencial é origem e destino das pesquisas por nós conduzidas em que é possível distinguir quatro temporalidades enroscadas, mas distintas:

- o momento do brotamento do campo transferencial, condição de possibilidade da pesquisa;

- o momento do descolamento — simultâneo ao processo de escrita-registro dos eventos, de cenas no caderno de anotações — é o momento da transferência sobre a palavra de afetações, impressões, das “virtualidades entreouvidas” (Figueiredo, 1994, p. 19);

- o momento do encetamento da desfamiliarização é o momento da leitura no e do grupo dos registros do diário de campo, cuja condição é o freio ao empuxo da compreensão. O compreender, uma disposição psíquica básica em ação nas nossas relações cotidianas, precisa entrar em suspensão para efetivamente ver, ouvir, sentir de modo não usual e não canônico isto que se escreve como experiência relativamente organizada do pesquisador. Aqui se produzem surpresas que, de nossa perspectiva epistemológica, têm o estatuto de rastros de acontecimentos. Algo da escrita chega ao grupo, um detalhe, uma palavra “fora do lugar”, uma descontinuidade qualquer desencadeia um processo de exibição de que coisas tiveram lugar no campo transferencial que só depois, retrospectivamente, passam a ser nomeadas;

- por fim, mas não por último, o momento da (re)constituição das cenas-acontecimento, ou seja, o momento de escrever de modo temporalmente ordenado, coerente e compartilhável o material da pesquisa achado e criado no campo transferencial.

O modo como concebemos a atividade de fazer pesquisa exige do pesquisador uma disponibilidade tal em que se deixe fazer pela afetação das intensidades que chegam nos vários momentos da pesquisa, não se precipitando a assimilá-las muito rapidamente às formações ou articulações linguísticas ao isto ou aquilo conhecido.

Sugerimos como forma de apresentação dos resultados da pesquisa a construção de cenas-acontecimento para designar suas duas dimensões, a nosso ver, inextricáveis: a dimensão transferencial, em que o pesquisador é afetado pelo que chega (o acontecimento-potência da coisa) a causar

uma impressão, a qual minimamente se organiza “antes de qualquer esforço racional de interpretação” (Figueiredo, 2014, p. 46); e a dimensão narrativa (a cena) em que a impressão (o acontecimento-potência da coisa indistinguível da interpretação ‘espontânea’, porém não a ela redutível) sofre um processo de elaboração secundária regulada pelos recursos cognitivos, afetivos e linguísticos do pesquisador — o seu sistema de informação/formatação.

## CONCLUSÃO

Findo o nosso percurso, esperamos ter conseguido justificar o campo transferencial na pesquisa, desde que este seja entendido como o terceiro termo do encontro onde se constituem pesquisador e objeto. Da ordem de uma terceiridade, o que se passa nesse campo não se reduz nem ao pesquisador, nem ao objeto. Para que esse campo se instale é imprescindível que o pesquisador se deixe afetar pelas vozes, intensidades, atmosferas que circulam no contexto que delimita as circunstâncias que fazem parte do recorte das experiências humanas a ser investigado. Referido como a dimensão do acontecimento na pesquisa, *isso que chega* é da ordem da imprevisibilidade e, nas palavras de Jacques Derrida, de uma “novidade não-antecipável” (Borradori, 2004, p. 100) a produzir afetos de surpresa, espanto, indecisão e incompreensão muito próximos aos afetos resultantes da dissolução do eu racional que supostamente se debruçaria soberanamente sobre seu objeto, mantendo-o sob controle.

Ao tangenciarmos o deslocamento produzido por Kant da noção de sujeito soberano para uma noção de sujeito-receptividade pudemos derivar uma noção de encontro com uma exterioridade – a constituição do campo transferencial – que aciona a atividade cognoscente, esta sim, propiciadora da passagem de uma pura receptividade para a função-sujeito, cuja atividade é fazer ligações, conexões e sínteses constitutivas do objeto da percepção ou, melhor dizendo no caso de nossos procedimentos de pesquisa, constitutivos dos resultados da investigação.

Com efeito, os resultados da investigação referem-se a um campo transferencial instalado pela potência de afetar das alteridades em tensão com os pensamentos verbais e pré-verbais (conscientes e inconscientes) do pesquisador. É desse campo materializado pela linguagem que provêm as cenas, cujo valor é indicial: mostram rastros, vestígios do que aí teve lugar. Do ponto de vista epistemológico as cenas, resultantes de um trabalho de reconstituição dos rastros têm valor de um exemplar *do que aí* se pode capturar e registrar. Nesse sentido, as cenas resultantes do trabalho investigativo não descrevem um estado de coisas, elas dizem sobre algo que atingiu o pesquisador que, na condição de *algo que atinge*, é em si mesmo indeterminável. O que a linguagem do pesquisador diz são os *efeitos em si* do que lhe atingiu, efeitos que traduzimos por potência de afetar do objeto.

Se nossas pesquisas têm por horizonte abrir espaços para os emergentes de um campo já instituído de significações, seja no âmbito da educação, seja no âmbito da psicologia, é preciso considerar que, para que esse horizonte se abra, os emergentes já devem estar se anunciando como virtualidades ao modo de inquietações a convocar o pesquisador para o trabalho de configuração do até então difuso e disperso das intensidades que o atingem.

Ora, o campo transferencial é referência ao que precede e acompanha a captura e o registro dos emergentes que necessariamente pertencem à esfera do não-antecipável, sendo eles da ordem do acontecimento. É nesse campo que entendemos ter lugar a pura receptividade ao que chega, cujos rastros escavam o caminho das cenas a serem construídas na temporalidade do *a posteriori*. E, diríamos, após um laborioso caminhar errante.

## FINANCIAMENTO

Não houve financiamento.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a todos que participaram dos grupos de estudos e colaboram com as discussões e reflexões aqui feitas.

## DECLARAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo.

## DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

## REFERÊNCIAS

- Aquino, T. de (1973a). O ente e a essência (L. J. Barauna, Trad.). Em *Seleção de textos: Os pensadores* (1 ed., pp. 7-22). Abril Cultural.
- Aquino, T. de (1973b). Questões discutidas sobre a verdade (L. J. Barauna, Trad.). Em *Seleção de textos: Os pensadores* (1 ed.). Abril Cultural.
- Aristóteles. (1933). *Metaphysics: Books 1-9* (H. Tredennick, Trad.; vol. I). Loeb Classical Library 271.
- Borradori, G. (2004). *Filosofia em tempo de terror: Diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida* (R. Muggiati, Trad.). Jorge Zahar Editor.
- Costa, L. B. (2014). Cartografia: Uma outra forma de pesquisar. *Revista Digital do LAV*, 7 (2), 65-76. <https://doi.org/10.5902/1983734815111>
- Descartes, R. (1973). *Discurso do método* (B. Prado Júnior & J. Guinsburg, Trad.). Em G. Lebrun & G.-G. Granger (Eds.), *Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas* (1 ed.). Abril Cultural.
- Derrida, J. (1973). *Gramatologia* (M. Schnaiderman & R. J. Ribeiro, Trad.). Perspectiva.
- Derrida, J. (1995). *A escritura e a diferença* (M. B. M. N. Silva, Trad.). Perspectiva.
- Eisler, R. (1964). *Kant-Lexicon*. Georg Olms Verlagsbuchhandlung.
- Figueiredo, L. C. (1994). A fabricação do estranho: Notas sobre uma hermenêutica negativa. *Boletim de Novidades Pulsional*, 57, 17-22.
- Figueiredo, L. C. (2014). A interpretação psicanalítica: Clínica e formações da cultura. Em L. C. Figueiredo, *Cuidado, saúde e cultura: Trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante*. Escuta.
- Fonseca, T. M. G., Kirst, P. G., Oliveira, A. M., D'Ávila, M. F., & Marsilac, A. L. M. (2006). Pesquisa e acontecimento: O toque no impensado. *Psicologia em Estudo*, 11 (3), 655-660. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300022>
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea* (A. M. R. Rivarola, Trad.). Imago.
- Gurski, R. (2019). A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre psicanálise e socioeducação. *Tempo Psicanalítico*, 51 (2), 166-194. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382019000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000200009)
- Heidegger, M. (1998). O tempo da imagem no mundo. Em M. Heidegger, *Caminhos de floresta* (A. F. de Sá, Trad.). Fundação Calouste Gulbenkian. (Originalmente publicado em 1938).
- Heidegger, M. (2003). *A caminho da linguagem* (M. S. C. Schuback, Trad.). Editora Vozes.
- Kant, I. (1974). *Kritik der reinen Vernunft*. Suhrkamp Taschenbuch Verlag. (Obra originalmente publicada em 1787).
- Kant, I. (1987). Crítica da Razão Pura. Em I. Kant, *Coleção Os Pensadores* (V. Rohden & U. B. Moosburger, Trans.) Nova Cultural. (Obra originalmente publicada em 1787)
- Loparic, Z. (2001). Ética originária e práxis racionalizada. *Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia*, 24 (1), 141-228. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/manuscrito/article/view/8644788>
- Ogden, T. (1996). *Os sujeitos da psicanálise* (C. Berliner, Trad.). Casa do Psicólogo.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Editora Sulina.

Rohden, V., & Moosburger, U. B. (1987). Kant: Vida e obra. Em  
I. Kant, *Coleção Os Pensadores*. Abril Cultural.

Data de submissão: 04/05/2021  
Primeira decisão editorial: 22/09/2021  
Aceite: 25/07/2022

## NOTAS

---

<sup>i</sup> *Erscheinung* é traduzido por fenômeno na edição da Coleção Os Pensadores. Segundo Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger (1987, p. 39, nota 21), tradutores da Crítica da Razão Pura, eles optaram por traduzir *Erscheinung* por “fenômeno” e não por “aparição”, porque Kant teria eliminado essa distinção a partir da 2ª edição da Crítica em 1787. Nós optamos pelo vocábulo “aparição” para nos mantermos o mais rente possível da terminologia empregada por Kant que, em uma nota de rodapé da primeira edição da Crítica da Razão Pura, insinua haver algo a mais para que a aparição possa se chamar fenômeno: “Aparições [*Erscheinungen*], na medida em que são pensados como objetos, segundo a unidade das categorias, chamam-se fenômenos [*Phaenomena*]” (Kant, 1787/1974, p. 278, nota de rodapé). Esse algo a mais seria a submissão do diverso sensível às categorias do entendimento: permanência, duração, reciprocidade, substância, causalidade, etc.

<sup>ii</sup> As ideias kantianas aqui referidas fazem parte dos parágrafos 250, 251 e 253 da primeira edição da Crítica da Razão Pura.